



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA
SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA – MG
CNPJ: 01.601.663/0001-24

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 001/2026 DE 26 DE JANEIRO DE 2026

Câmara Municipal de São Sebastião da
Bela Vista - MG



PROTOCOLO GERAL 27/2026
Data: 29/01/2026 - Horário: 14:30
Legislativo - PRE 1/2026

**DISPÕE SOBRE A OFICIALIZAÇÃO DOS MEIOS
ELETRÔNICOS DE COMUNICAÇÃO DA CÂMARA
MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno, resolve:

APROVADO
EM DISCUSSÃO-ÚNICA

EM 03 / 02 / 26

PRESIDENTE

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta Resolução regulamenta a utilização institucional e oficial dos meios eletrônicos de comunicação da Câmara Municipal de São Sebastião da Bela Vista, conferindo-lhes validade jurídica para fins de comunicação interna e externa, observados os princípios constitucionais da Administração Pública.

§ 1º - Para os fins desta Resolução, consideram-se meios eletrônicos oficiais:

I – o Sistema de Apoio ao Processo Legislativo – SAPL

(<https://sapl.saosebastiaodabelavista.mg.leg.br/>);

II – o site da Câmara – (<https://www.saosebastiaodabelavista.mg.leg.br>)

II – os endereços de correio eletrônico institucionais:

a) camara@saosebastiaodabelavista.mg.leg.br – Setor Administrativo, destinado à comunicação institucional geral da Câmara Municipal, inclusive com órgãos da Administração Pública, Ministério Público, Poder Judiciário, Prefeituras, demais Câmaras Municipais e demais entidades públicas e privadas relacionadas às atividades administrativas;

b) juridico@saosebastiaodabelavista.mg.leg.br – Setor Jurídico, destinado à comunicação oficial de natureza jurídica, inclusive com o Ministério Público, Poder Judiciário, Tribunal de Contas, advocacias públicas, assessorias jurídicas e demais órgãos de controle e fiscalização;

c) cmssbelavista@gmail.com – endereço institucional de uso integrado dos Setores Administrativo, Contábil e de Compras, destinado ao recebimento e envio de propostas, cotações, licitações, processos de compras, boletos para pagamento, comunicações administrativas gerais,

RUA CEL. JOSÉ CLETO DUARTE, Nº 86, CENTRO, CEP 37567-000
TEL.: (35) 3453-1611 – (35) 3453-1281 – EMAIL: cmssbelavista@gmail.com

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA
SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA – MG
CNPJ: 01.601.663/0001-24

bem como à comunicação com o Tribunal de Contas, fornecedores, sistemas contábeis, sistemas financeiros e demais órgãos e sistemas correlatos;

d) compras@saosebastiaodabelavista.mg.leg.br – Setor de Compras, destinado à comunicação específica relacionada a aquisições, cotações, contratos, fornecedores e procedimentos administrativos correlatos;

e) contabilidade@saosebastiaodabelavista.mg.leg.br – Setor Contábil, destinado à comunicação técnica e administrativa relacionada à execução orçamentária, financeira e contábil da Câmara Municipal.

f) cac@saosebastiaodabelavista.mg.leg.br – Centro de Atendimento ao Cidadão (CAC), destinado ao atendimento eletrônico ao cidadão, recebimento de solicitações, requerimentos, informações e demais serviços de interesse público;

III – os canais oficiais da Câmara Municipal nas redes sociais e plataformas digitais, especialmente:

a) Canal do YouTube: *Câmara Municipal São Sebastião da Bela Vista* –

@camaramunicipalsaosebastia2031;

b) Perfil oficial no Instagram: *@cmssbelavista*.

§ 2º - Outros meios eletrônicos poderão ser reconhecidos como oficiais por ato da Mesa Diretora.

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Art. 2º A comunicação institucional da Câmara Municipal observará, obrigatoriamente, os princípios previstos no art. 37 da Constituição Federal, notadamente:

I – legalidade;

II – impessoalidade;

III – moralidade;

IV – publicidade;

V – eficiência.

Parágrafo único. As informações divulgadas nos meios eletrônicos oficiais deverão atender exclusivamente ao interesse público, vedada qualquer forma de promoção pessoal.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA
SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA – MG
CNPJ: 01.601.663/0001-24

CAPÍTULO III
DA OFICIALIZAÇÃO DOS CANAIS ELETRÔNICOS

Art. 3º - Ficam oficialmente reconhecidos como canais institucionais de comunicação da Câmara Municipal de São Sebastião da Bela Vista aqueles elencados no art. 1º desta Resolução, os quais possuem validade jurídica para a divulgação de atos, informações e comunicações oficiais.

Art. 4º - Os canais oficiais deverão ser claramente identificados como institucionais, inclusive com indicação nos documentos, publicações e comunicações da Câmara Municipal.

CAPÍTULO IV
DO USO INSTITUCIONAL E DAS RESPONSABILIDADES

Art. 5º - Os meios eletrônicos oficiais da Câmara Municipal serão utilizados exclusivamente para:

- I – divulgação de sessões plenárias, audiências públicas, reuniões e eventos oficiais;
- II – publicação de atos legislativos e administrativos;
- III – prestação de informações de interesse público;
- IV – comunicação institucional com órgãos, servidores e cidadãos;
- V – promoção da transparência e do acesso à informação.

Art. 6º - É expressamente vedado o uso dos meios eletrônicos oficiais para:

- I – promoção pessoal de vereadores, agentes políticos ou servidores;
- II – divulgação de conteúdo de cunho partidário ou eleitoral;
- III – manifestação de opiniões pessoais, ideológicas ou político-partidárias.

§ 1º - A utilização dos canais oficiais em desacordo com este artigo poderá caracterizar violação aos princípios da impessoalidade e moralidade administrativa, sujeitando o responsável às sanções legais cabíveis.

§ 2º - A autopromoção em meios oficiais poderá configurar ato de improbidade administrativa, nos termos da legislação vigente e da jurisprudência dos tribunais superiores.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA
SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA – MG
CNPJ: 01.601.663/0001-24

CAPÍTULO V
DA GESTÃO, SEGURANÇA, ÉTICA E SIGILO

Art. 7º - O acesso, gerenciamento, criação de senhas e monitoramento de cada endereço de e-mail institucional e canal eletrônico oficial serão atribuídos a servidor designado por Portaria, expedida pela Presidência da Câmara Municipal.

§ 1º - O servidor designado será responsável pela guarda, uso adequado e controle das senhas de acesso, devendo zelar pela segurança da informação, pela ética profissional e pelo sigilo das comunicações, nos termos da legislação aplicável.

§ 2º - O descumprimento do dever de sigilo, a utilização indevida dos meios eletrônicos ou a divulgação não autorizada de informações sujeitará o servidor às penalidades administrativas, civis e penais previstas em lei.

§ 3º - Os e-mails institucionais e demais meios eletrônicos de comunicação deverão ser continuamente monitorados pelos servidores específicos de cada setor, competindo a estes levar ao conhecimento do Presidente da Câmara Municipal todas as comunicações recebidas por tais meios, observados os fluxos administrativos internos.

CAPÍTULO VI
DO CANAL OFICIAL DE TRANSMISSÃO DAS SESSÕES

Art. 8º O canal oficial da Câmara Municipal de São Sebastião da Bela Vista no YouTube passa a ser o **meio oficial de transmissão ao vivo e de arquivamento digital das sessões plenárias, audiências públicas e demais eventos institucionais.**

§ 1º As transmissões realizadas pelo canal oficial do YouTube terão caráter institucional e público, integrando o acervo histórico e documental da Câmara Municipal.

§ 2º O link de acesso às transmissões será obrigatoriamente divulgado no perfil oficial da Câmara Municipal no Instagram e, sempre que possível, em outros meios eletrônicos institucionais.

CAPÍTULO VII
DA TRANSPARÊNCIA E MODERAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA
SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA – MG
CNPJ: 01.601.663/0001-24

Art. 9º A Câmara Municipal garantirá a ampla transparência das informações divulgadas em seus meios eletrônicos oficiais, facilitando o acesso do cidadão e combatendo a desinformação.

Art. 10. Poderão ser adotadas regras de moderação de comentários nos canais oficiais, sendo vedadas manifestações com linguagem ofensiva, discriminatória, que incitem ódio ou violência.

CAPÍTULO VIII
DO PROGRAMA INTERLEGIS

Art. 11. A Câmara Municipal de São Sebastião da Bela Vista manterá convênio com o Programa Interlegis, com o objetivo de obter gratuitamente sistemas e soluções tecnológicas, tais como:

I – Sistema de Apoio ao Processo Legislativo – SAPL;

II – Portal Modelo;

III – outros produtos disponibilizados pelo programa.

Parágrafo único. O Assistente Legislativo é o servidor responsável pela implantação, administração e manutenção dos produtos ofertados pelo Programa Interlegis.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

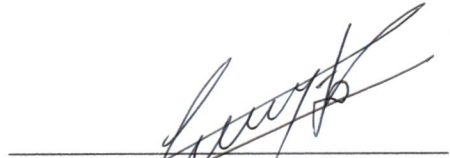
Art. 12. Os casos omissos serão resolvidos pela Mesa Diretora da Câmara Municipal.

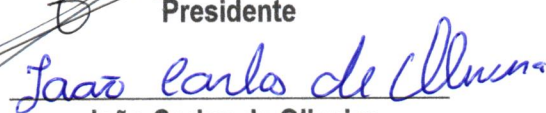
Art. 13. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de São Sebastião da
Bela Vista - MG



PROTOCOLO GERAL 27/2026
Data: 29/01/2026 - Horário: 14:30
Legislativo - PRE 1/2026


Quedes Cunha
Presidente


João Carlos de Oliveira
Vice-Presidente


Franciele de Oliveira Gomes Nora Lacerda
Secretária



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E FINANÇAS

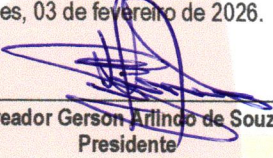
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO LEGISLATIVO Nº 01 DE 26 DE JANEIRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A OFICIALIZAÇÃO DOS MEIOS ELETRÔNICOS DE COMUNICAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AUTORIA: Mesa Diretora da Câmara Municipal de São Sebastião da Bela Vista - MG

Relator: Vereador João Carlos de Oliveira

Sala das sessões, 03 de fevereiro de 2026.


Vereador Gerson Arlindo de Souza
Presidente

PARECER

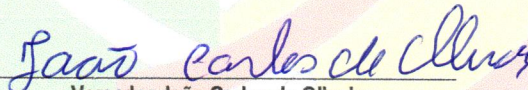
O Projeto de Resolução nº 001/2026, de autoria da Mesa Diretora, dispõe sobre a oficialização dos meios eletrônicos de comunicação da Câmara Municipal, conferindo validade jurídica aos canais institucionais utilizados para comunicação interna e externa.

A matéria é de competência da própria Câmara Municipal, está adequadamente veiculada por meio de resolução e encontra amparo na Lei Orgânica Municipal e no Regimento Interno. O projeto observa os princípios constitucionais da Administração Pública, especialmente a legalidade, impessoalidade, publicidade e eficiência, não apresentando qualquer vício de constitucionalidade ou legalidade.


Desta forma, averiguamos que obedece a Constituição Federal, bem como segue as regras da Técnica Jurídica Legislativa, conforme nosso ordenamento jurídico federal, estadual e municipal exigem. Diante disso, a Comissão de Constituição e Justiça emite parecer favorável à aprovação do Projeto de Resolução nº 001/2026.

É o parecer.

Sala das sessões, 03 de fevereiro de 2026


Vereador João Carlos de Oliveira
Relator

De acordo:


Vereador Gerson Arlindo de Souza
Presidente


Ver. Antônio Aparecido de Godói
Membro